

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 através do documento DEORF/DIFIN-99/239.

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em "promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do governo", a Agência atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos de financiamento específicos para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento de caráter especial de responsabilidade do Estado;
- Disponibilização de financiamentos com recursos próprios em programas destinados a segmentos específicos identificados pela AFPR como demandadores de crédito de fomento.

AMBIENTE ECONÔMICO

O cenário econômico mundial neste primeiro semestre de 2009 não apresentou sinais de recuperação, as perdas globais geradas pela crise financeira internacional são da ordem de mais de US\$ 4 trilhões e as projeções para o PIB mundial apresentam retração de 1,3% neste ano.

A economia brasileira também permanece marcada por oscilações decorrentes do mercado de ações e das variações cambiais. Essas variações estão menos abruptas se comparadas às ocorridas ao final do exercício de 2008 e nos 2 primeiros meses de 2009, mas ainda indicam a falta de estabilidade da economia.

O Governo brasileiro juntamente com o Banco Central vem adotando medidas para conter as oscilações cambiais e estimular o crédito com o objetivo de manter o crescimento econômico do país, no entanto, os índices apresentados demonstram que ocorreu um recuo na atividade industrial do país, na ordem de 13,9% nos cinco primeiros meses de 2009 se comparado ao ano de 2008, e no primeiro trimestre, segundo especialistas, o país entrou em recessão técnica algo que não acontecia desde o ano de 2003.

O Paraná também apresentou redução na produção industrial no período se comparado ao mesmo período do ano de 2008 com uma taxa de 3,7%, ficando abaixo da redução nacional, no comércio varejista apresentou variação positiva de 4,2% no volume de vendas, ficando um pouco abaixo do crescimento nacional na casa de 4,4%, e, na agricultura o Paraná participa com 18,8% do total da produção nacional, estando hoje atrás somente do estado do Mato Grosso o qual participa com 20,3% do total produzido no país.

O Governo do Paraná vem promovendo projetos de infraestrutura, educação e apoio à agricultura, cabendo à Agência de Fomento do Paraná ofertar soluções financeiras adequadas que contribuam para a elevação da produção e competitividade das empresas paranaenses, para que estas se desenvolvam de forma sustentável.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A AFPR registrou no primeiro semestre de 2009 Lucro Líquido de R\$ 29.640 mil, um crescimento de 8,87% quando comparado ao mesmo semestre de 2008, esse resultado proporcionou uma rentabilidade de 3,03% sobre o Patrimônio Líquido médio e retorno sobre os Ativos Totais médios de 2,85%.

O Patrimônio Líquido teve um incremento da ordem de 8,17% proveniente do resultado obtido no primeiro semestre de 2009 e do aumento de capital na ordem de R\$ 54.887 mil, proveniente de capitalização dos Juros sobre Capital Próprio destinados aos acionistas em 2008.

No primeiro semestre de 2009, as receitas com as operações de crédito totalizaram R\$ 34.870 mil um crescimento de 30,28% em comparação ao mesmo período de 2008, sendo em grande parte alavancadas por operações realizadas com o setor público.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE fixada pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2007, que serviu de orientação para a elaboração do Plano Plurianual – PPA de Investimentos para o período 2008-2011, o papel da AFPR é destacado como fornecedora de recursos para crédito, reconhecendo que não existe desenvolvimento sem o mesmo, pois ele viabiliza projetos de investimentos públicos e privados que geram os efeitos multiplicadores de longo prazo.

Nesse contexto, e em sintonia com outros órgãos do Governo do Estado, a AFPR está desenvolvendo uma série de linhas de crédito para atender aos programas governamentais e outros de iniciativa própria, visando especialmente concentrar seus esforços em ações que reduzam as disparidades regionais, atendendo as regiões socialmente críticas respeitando as características econômicas locais. Exemplo desse esforço é a disponibilização de financiamentos para os produtores da agricultura familiar e para micro e pequenas empresas. Por outro lado, reconhece a necessidade de apoiar empreendimentos de cunho tecnológico genuinamente paranaenses que tenham condições de avançar a economia do Estado, financiando empresas abrangidas em incubadoras.

A AFPR também participa como membro da Comissão de Financiamento do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, cujo objetivo é a identificação de fontes de recursos, a implementação de programas integrados comuns de financiamento ao desenvolvimento regional e a convergência institucional do crédito ao desenvolvimento no âmbito da região Sul e Mato Grosso do Sul.

PROGRAMAS DE CRÉDITO

Como instituição de fomento, a Agência prioriza o atendimento aos microempreendimentos formais e informais tendo operado sob a denominação de Banco Social, aos municípios do Estado mediante financiamento a investimentos, bem como implementou medidas operacionais para atendimento às empresas e agricultores através do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão.

I) Microcrédito

Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais excluídos do sistema de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado, tendo liberado desde 2001 mais de R\$ 113,8 milhões através de quase 32 mil contratos beneficiando empreendedores localizados em 353 dos 399 Municípios do Paraná. As liberações foram retomadas no segundo semestre de 2008, atendendo às diretrizes estratégicas do Governo do Estado expressas na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE.

ii) Financiamento ao Setor Público

a) Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM Destinados à promoção do desenvolvimento ur-

burgo, serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos Municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e o Paracidade tendo atendido, desde 2002, a 338 municípios, aprovando mais de R\$ 797 milhões através de 1.781 contratos, tendo liberado R\$ 706 milhões até junho de 2009. O capital destacado para operações no referido Sistema chega a R\$ 783 milhões até junho de 2009.

b) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP

Instituído em maio de 2006, o PROMAP tem como objetivo financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios, tendo sido destacados inicialmente R\$ 50 milhões para seu atendimento, sendo elevados para R\$ 113 milhões até junho de 2009. É também operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Paracidade, tendo aprovado até junho de 2009, 329 financiamentos a 158 municípios totalizando R\$ 90 milhões contratados e R\$ 86 milhões liberados.

III) Programa de Financiamento às Empresas Incubadas - FINTEC

Lançado em maio de 2008, o programa tem como objetivo apoiar os empreendimentos que se desenvolvem no âmbito das 20 incubadoras tecnológicas participantes da Rede Paranaense de Incubadoras Tecnológicas - REPARTÉ mediante financiamento de seus investimentos que têm como característica o alto índice de alavancagem dos recursos aplicados.

IV) Repasses de Recursos do BNDES

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural com recursos BNDES foi iniciado em 2005 com financiamentos do Programa Moderfrota mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira com parceiros do sistema. Em 2007 o público-alvo foi atendido com recursos próprios da instituição conforme identificado no próximo item devido às características dos investimentos. A AFPR tem um pedido de novo limite de crédito em análise por aquela fonte visando ter recursos para atender a um novo programa de crédito para micro e pequenas empresas a ser operado no segundo semestre de 2009.

V) Financiamento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores Rurais

A Agência de Fomento é parceira da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB e da EMATER na

implementação de programas de apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais, estruturando mecanismos financeiros que viabilizem a segurança para os tomadores de crédito e reduzem os custos, como o fundo que avalia os financiamentos que os produtores captam junto às instituições financeiras no mercado, a garantia de equivalência-produto no pagamento das prestações e equalização de taxas de juros. E, em casos em que recursos tradicionais como os do PRONAF não atendam as necessidades dos agricultores, a AFPR aloca recursos próprios para financiamentos, como é o caso do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários lançado no segundo semestre de 2007. Dentro do mesmo objetivo, a AFPR desenvolveu, uma linha de crédito denominada Programa de Financiamento à Irrigação Noturna, que tem como benefício a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, conforme autorizado pelo Decreto Estadual nº 2044/2008, sob a modalidade da equalização da taxa de juros de financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil para atender ao referido Programa.

VI) Programa de Apoio à Cooperativas de Crédito - PROCRED

Desenvolvido no primeiro semestre para disponibilizar financiamentos a taxas competitivas aos cooperados de cooperativas de crédito mediante a modalidade de Segundo Piso – empréstimo às cooperativas para repasse aos tomadores finais, com limitação de spread -, o programa deverá ter seus primeiros financiamentos liberados no segundo semestre do presente exercício.

VII) Outras Operações com Recursos Próprios

Além dos programas de financiamentos citados, a AFPR deverá alocar recursos em outros programas relacionados à sua missão e sempre de acordo com suas diretrizes estratégicas, respeitando a condição de sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do sistema financeiro nacional. Alguns programas, como os destinados a financiar o investimento em inovação em micro e pequenas empresas, foram aprovados no primeiro semestre e devem ter as primeiras operações liberadas no segundo semestre de 2009.

SERVIÇOS DE GESTÃO DE FUNDOS E COBRANÇA DE ATIVOS

Além da atividade de instituição financeira estruturando e operando financiamentos, a AFPR realiza serviços de gestão operacional e financeira de Fundo de Aval Rural, Fundo de Desenvolvimento Econômico e a atividade de cobrança da carteira de Ativos pertencentes ao Estado do Paraná.

I) Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná

A AFPR é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná, concebido pelo Governo do Paraná para concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para assegurar empréstimos junto à rede bancária conveniada. Atualmente a instituição parceira é o Banco do Brasil. O limite estipulado para garantir operações agrícolas é de R\$ 7,9 milhões, valor que alavanca junto ao parceiro até R\$ 79 milhões em financiamentos concedidos.

II) Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

Fundo destinado a apoiar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado mediante apoio financeiro às empresas. Na AFPR o fundo é utilizado para concessão de subvenção econômica no Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários como cobertura de equivalência-produto no pagamento de prestações. Futuramente será utilizado no Programa de Irrigação Noturna - PIN, também na equalização de juros em financiamentos concedidos a agricultores familiares por instituições financeiras conveniadas.

III) Serviço de Cobrança de Ativos e Bens

A Agência efetua também a cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estabelecimento da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná – PDE o papel da AFPR como instrumento de desenvolvimento do Estado está claramente delineado, devendo suas ações serem pautadas nessas definições. A formulação da visão da AFPR no contexto estratégico de "Promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do Governo", confirma esse alinhamento com as diretrizes de governo. As ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2009 pela AFPR e registradas no presente Relatório de Administração, demonstram a busca de um harmonioso diálogo entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe ainda o destaque da execução dessas ações de forma conjunta com as demais instituições públicas do Estado, buscando a unidade governamental e a implementação de suas prioridades, como a atuação nas regiões com menores índices de desenvolvimento, na observação de uma destacada perspectiva social, aspecto prioritário e relevante da Gestão Estadual.

Curitiba, 30 de junho de 2009.

A DIRETORIA.

Balço Patrimonial em 30 de Junho - Valores Expressos em Milhares de Reais

Ativo	2009		2008	
CIRCULANTE	328.422	356.002		
DISPONIBILIDADES	24	40		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	211.687	273.885		
Carteira Própria	211.687	273.885		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	116.373	81.501		
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	117.993	83.180		
Setor Público	115.649	78.658		
Setor Privado	2.344	4.522		
(-) Provisão p/ Operações de Crédito de Liq. Duvidosa (notas 03c, 05d)	(1.620)	(1.679)		
OUTROS CRÉDITOS	277	540		
Adiantamento Diversos	247	226		
Depósitos em Garantia	30	44		
Impostos e Contribuições a Compensar	-	225		
Devedores Diversos - País	-	45		
OUTROS VALORES E BENS	61	36		
Material em Estoque	53	29		
Despesas Antecipadas (Nota 03e)	8	7		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	730.568	626.101		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	239.805	238.863		
Carteira Própria	239.805	238.863		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	487.906	385.124		
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	491.323	387.524		
Setor Público	483.900	380.360		
Setor Privado	7.424	7.164		
(-) Provisão p/ Operações de Crédito de Liq. Duvidosa (Notas 03c, 05d)	(3.417)	(2.400)		
OUTROS CRÉDITOS	2.857	2.114		
Depósitos em Garantia	2.857	2.114		
PERMANENTE	731	591		
INVESTIMENTOS (Nota 05a)	1	-		
Outros Investimentos	1	-		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 03f e 06b)	575	425		
Outras Imobilizações de Uso	1.259	970		
(-) Depreciações Acumuladas	(684)	(545)		
DIFERIDO (Nota 03g e 06c)	155	166		
Gastos em Imóveis de Terceiros	36	-		
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logjicias (Amortizações Acumuladas)	221	221		
(102)	(55)			
TOTAL DO ATIVO	1.059.721	982.694		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	2009		2008	
CIRCULANTE	24.027	22.113		
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Nota 03i e 07)	701	2.031		
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	701	2.031		
FINAME	701	2.031		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.326	20.082		
COBRANÇA E ARRECADADO DE TÍTULOS E ASSEMBLHADOS	1	3		
IOF a Recolher	1	3		
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	13.998	13.063		
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 3j)	13.374	12.483		
Impostos e Contribuições a Recolher	624	580		
DIVERSAS	9.327	7.016		
Dotação para Aumento de Capital	4.488	294		
Despesas de Pessoal	519	435		
Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 03i e 08)	112	358		
Credores Diversos - País (Nota 2)	4.208	5.929		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	13.745	15.809		
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Nota 03i e 07)	994	1.587		
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	994	1.587		
FINAME	994	1.587		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	12.751	14.222		
DIVERSAS	12.751	14.222		
Dotação para Aumento de Capital	-	2.709		
Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 03i e 08)	12.751	11.513		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	1.021.949	944.772		
Capital				
De Domiciliados no País	831.064	733.787		
Aumento de Capital	-	42.390		
Reservas de Capital	5	4		
Reservas de Lucros	183.470	161.631		
Lucros Acumulados	7.410	6.960		
TOTAL DO PASSIVO	1.059.721	982.694		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Semestres Findos em 30 de Junho

Valores Expressos em Milhares de Reais

	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	58.765	54.492
Operações de Crédito	34.870	26.765
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	23.895	27.727
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(415)	(1.081)
Operações de Empréstimos e Repasses	(87)	(168)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(328)	(913)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	58.350	53.411
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(12.844)	(11.415)
Despesas de Pessoal	(3.368)	(3.102)
Outras Despesas Administrativas	(6.466)	(5.680)
Despesas Tributárias	(2.760)	(2.558)
Outras Receitas Operacionais	800	853
Outras Despesas Operacionais	(1.050)	(928)
RESULTADO OPERACIONAL	45.506	41.996
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	45.506	41.996
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(15.866)	(14.772)
Provisão para Imposto de Renda	(11.646)	(10.858)
Provisão para Contribuição Social	(4.220)	(3.914)
LUCRO LÍQUIDO	29.640	27.224
Número de Ações:	831.064	776.177
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R\$)	35,67	35,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres Findos em 30 de Junho

Valores Expressos em Milhares de Reais

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		
			ÁGIO P/ SUBS. AÇÕES	LEGAL	ESTATUTÁRIA	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
A SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2008	733.787	-	3	18.622	121.523	1.068	875.003
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						154	154
AUMENTO DE CAPITAL							
- Incorporação ao Capital a Homologar BACEN	-	42.390	-	-	-	-	42.390
OUTROS EVENTOS							
- Ágio na subscrição de ações	-	-	1	-	-	-	1
- Destinação de reservas de exercícios anteriores	-	-	-	93	975	(1.068)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	27.224	27.224
DESTINAÇÕES							
- Reservas	-	-	-	1.361	19.057	(20.418)	-
B - SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008	733.787	42.390	4	20.076	141.555	6.960	944.772
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	-	42.390	1	1.454	20.032	5.892	69.769
A SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	776.177	-	4	22.454	138.786	-	937.421
AUMENTO DE CAPITAL							
- Subscrição de Ações no País	-	54.887	-	-	-	-	54.887
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	54.887	(54.887)	-	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS							
- Ágio na subscrição de ações	-	-	1	-	-	-	1
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	29.640	29.640
DESTINAÇÕES							
- Reservas	-	-	-	1.482	20.748	(22.230)	-
B - SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	831.064	-	5	23.936	159.534	7.410	1.021.949
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	54.887	-	1	1.482	20.748	7.410	84.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Semestres Findos em 30 de Junho

Valores Expressos em Milhares de Reais

	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre	29.640	27.224
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	96	65
Constituição (Reversão) de Provisão para Operações de Crédito	328	913
Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências	986	769
Constituição (Reversão) de Outras Provisões	-	(1)
Lucro Líquido Ajustado	31.050	28.970
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais:		
Títulos e Valores Mobiliários	(2.069)	9.385
Operações de Crédito	(37.663)	(43.001)
Baixa para Prejuízo - Provisão p/ Operações de Crédito	(201)	(435)
Outros Créditos	(421)	(472)
Outros Valores e Bens	(23)	-
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais:		
Outras Obrigações	577	4.676
Provisão Para Impostos de Renda e CSLL	7.441	7.793
Impostos e Contribuições a Recolher	(192)	20
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(1.501)	6.936
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações em Imobilizado de Uso	(11)	(162)
Aplicações no Diferido	-	(59)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(11)	(221)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento (Redução) Líquido em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(285)	168
Aumento (Redução) em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.778	2.709
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-	(9.606)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamentos	1.493	(6.729)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19)	(14)
Modificações na Posição Financeira:		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	43	55
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	24	40
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(19)	(14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado - Informação Complementar I Semestres Findos em 30 de Junho

Valores Expressos em Milhares de Reais

	2009	%	2008	%
RECEITAS	58.130		53.575	
Intermediação Financeira	58.765		54.492	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão (Constituição)	(328)		(913)	
Outras	(307)		(4)	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(87)		(168)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(7.106)		(6.458)	
Materiais, Energia e Outros	(34)		(38)	
Serviços de Terceiros	(5.382)		(4.673)	
Outras	(1.690)		(1.747)	
Comunicação	(38)		(49)	
Publicação	(45)		(22)	
Serviços do Sistema Financeiro	(66)		(67)	
Processamento de Dados	(596)		(667)	
Pessoal - Terceirizado	(793)		(778)	
Outras	(152)		(164)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	50.937		46.949	
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(96)		(65)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	50.841		46.884	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	50.841	100%	46.884	100%
Pessoal	2.565	5,05%	2.292	4,89%
Remuneração Direta	1.712		1.485	
Benefícios	310		321	
FGTS	124		107	
Outros Encargos Sociais	419		379	
Impostos, Taxas e Contribuições	18.625	36,63%	17.351	37,01%
Federais	18.625		17.351	
Remuneração de Capitais de Terceiros	11	0,02%	17	0,04%
Aluguéis	11		17	
Remuneração de Capitais Próprios	29.640	58,30%	27.224	58,07%
Lucros Retidos	29.640		27.224	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 - (Valores Expressos em Milhares de Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.401 de 30/12/98 e nº 12.419 de 13/01/99. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.828 de 30/03/2001, alterada pelas Resoluções 3.706/09 e 3.757/09. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- I. Fundos constitucionais;
 - II. Orçamentos estadual e municipal;
 - III. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.
- Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

NOTA 02 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e quando aplicável, as normas e instruções do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis utilizam a nomenclatura e classificação padronizadas pelo COSIF e determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Está sendo divulgada de forma complementar a Demonstração de Valor Adicionado – DVA a qual foi instituída pela Lei 11.638/07 e ainda não regulamentada pelo BACEN. Esta demonstração visa permitir análises adicionais sobre as demonstrações contábeis apresentadas.

Visando adequação às normas estabelecidas no COSIF, houve a reclassificação no Balanço Patrimonial em relação ao ano anterior no grupo de contas do Passivo Circulante – “DIVERSAS”, da rubrica contábil “Outras Despesas Administrativas”, para “Credores Diversos – País”.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais destacam-se:

- a) **Auração do Resultado:**
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pró-rata” dia para as de natureza financeira.
- b) **Títulos e Valores Mobiliários:**
A carteira própria está composta de títulos de renda fixa, foram adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até seu vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço em contrapartida ao resultado do período.

As Agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei 11.638/2007.

- c) **Operações de Crédito:**
As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixadas.
Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/99, do CMN, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo).
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”.

d) **Provisão p/ Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:**
Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, obedecendo as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nº 2.682/99 e 2.697/00 do CMN.
Face à característica do crédito concedido e à baixa inadimplência da carteira, a instituição optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99.

- e) **Despesas Antecipadas:**
Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, consequentemente, é registrado no ativo e reconhecido no resultado observando o regime de competência.
- f) **Imobilizado de Uso:**
Está demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais abaixo descritas:

Equipamentos de Uso.....	10%
Sistema de Comunicação.....	10%
Sistema de Processamento de Dados.....	20%

g) **Diferido:**
Os gastos diferidos correspondem a benfeitorias em imóveis de terceiros e a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciários e foram constituídos até 30/09/2008. Estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

h) **Redução do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros:**
É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Anualmente esses ativos são revistos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

- i) **Atualização Monetária de Obrigações:**
As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do exercício.
- j) **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:**
A AFPR está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.
As provisões são constituídas mensalmente, de acordo com a legislação vigente para cada imposto.
Os valores provisionados mensalmente, estimados sobre a base de cálculo inerentes a cada imposto, são calculados considerando as seguintes alíquotas:

- Imposto de Renda.....	15,00%
- Adicional de Imposto de Renda (1).....	10,00%
- Contribuição Social.....	9,00%

(1) calculado sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00 mensais.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 30 de junho, a carteira própria está composta da seguinte forma:

Discriminação	Vencimento	2009	2008
Títulos Públicos Federais		269.515	328.050
Letras Financeiras do Tesouro - LFT A	12/2014	163.404	171.228
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	03/2009 a 06/2010 ⁽¹⁾	106.111	156.822
Cotas de Fundos de Investimentos	Sem vencimento	181.977	184.698
Total da Carteira Própria		451.492	512.748
<i>Curto Prazo</i>		211.687	273.885
<i>Longo Prazo</i>		239.805	238.863

(1) Em 18/03/2009 foram resgatadas no vencimento 17.900 LFTs no montante de R\$ 68,39 mil.

O montante aplicado em títulos públicos soma R\$ 269.515 mil em 2009 (R\$ 328.050 mil em 2008) e está composto por 99.900 LFT-A com resgate em parcelas mensais e consecutivas, e 27.036 LFT com o resgate total no vencimento, sendo totalmente custodiados pelo Banco do Brasil. A AFPR possui aplicações em títulos de renda fixa, cujo montante corresponde a R\$ 181.977 mil em 2009 (R\$ 184.698 mil em 2008), deste total 59% está aplicado no Banco do Brasil e 41% na Caixa Econômica Federal.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 30 de junho, a carteira operações de crédito está composta da seguinte forma:

a) Composição por faixa de vencimento:

	2009	2008
Parcelas Vincendas	608.344	469.491
Até 180 dias	57.806	40.404
De 181 a 360 dias	59.215	41.563
Acima de 360 dias	491.323	387.524
Parcelas Vencidas	972	1.213
Até 60 dias	178	447
De 61 a 180 dias	89	618
Acima de 180 dias	705	148
Total da Carteira	609.316	470.704

b) Composição por setor de atividade econômica:

	2009	2008
Setor Privado	9.767	11.686
Rural	2.545	2.873
Indústria	127	340
Comércio	180	1.593
Outros Serviços	175	1.355
Pessoas Físicas	6.740	5.525
Setor Público	599.549	459.018
Administração Direta Municipal	599.549	459.018
Total da Carteira	609.316	470.704

c) Composição por nível de risco:

		2009	2008	Valor da Provisão	Valor da Provisão
Classificação de Risco	Total das Operações	% Part.	Provisão %		
AA	36.017	5,91	-	-	-
A	443.362	72,76	0,5	2.217	1.836
B	109.612	17,99	1,0	1.096	724
C	18.257	3,00	3,0	548	360
D	53	0,01	10,0	5	133
E	10	-	30,0	3	148
F	1.671	0,27	50,0	836	38
G	7	-	70,0	5	75
H	327	0,06	100,0	327	765
Total	609.316	100,00		5.037	4.079

d) Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa:

	Jun/2009	Jun/2008
Saldo no Início do Período	4.910	3.601
Provisão Constituída	(885)	1.901
Reversão de Provisão	(557)	(988)
Efeito no Resultado	328	913
Créditos Baixados para Prejuízo	(201)	(435)
Saldo no Fim do Período	5.037	4.079

e) Créditos renegociados e recuperados:

	Jun/2009	Jun/2008
Discriminação		
Renegociação	62	218
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízo	131	247

De acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.682 de 21.12.1999, as operações de créditos classificadas como de risco nível “H” são transferidas para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. No primeiro semestre de 2009 foi baixado para a conta de compensação o montante de R\$ 201 mil (R\$ 435 mil em 2008), sendo que em 30/06/09 o saldo acumulado dessas operações é de R\$ 3.832 mil (R\$ 3.663 mil em 2008).

NOTA 06 – ATIVO PERMANENTE

